

# Sumário

*Apresentação*, xi

*Nota da autora*, xiii

## **Parte I – O Estado Federal, 1**

### **1 O surgimento do Estado Federal, 3**

- 1.1 A matriz norte-americana, 3
- 1.2 O ideal federativo em fases anteriores da história, 5
- 1.3 A experiência confederativa na América do Norte, 6

### **2 Características do Estado Federal, 10**

- 2.1 Esclarecimento preliminar, 10
- 2.2 Autonomia dos estados-membros, 11
- 2.3 A Constituição como fundamento jurídico do Estado Federal, 12
- 2.4 Inexistência do direito de secessão, 12
- 2.5 Aspectos unitários nos planos internacional e interno, 13
- 2.6 Aspectos societários, 13
- 2.7 A repartição de competências, 14
- 2.8 A repartição de rendas, 15

## **Parte II – A repartição de competências no Estado Federal, 17**

### **3 A repartição de competências e as transformações do Estado Federal, 19**

- 3.1 Considerações de ordem geral, 19
- 3.2 Alteração das relações entre União e Estados na Federação norte-americana, 20



- 3.3 Alteração das relações entre União e Estados em outras Federações, 24
- 3.4 Alteração das relações entre União e Estados no Brasil, 27
- 3.5 A busca de um relacionamento equilibrado, 29

#### **4 Técnicas de repartição de competências, 32**

- 4.1 A técnica do federalismo clássico, 32
- 4.2 Alternativas combinando competências enumeradas, remanescentes e concorrentes, 34
  - 4.2.1 As Constituições Alemã, de 1919, e Austríaca, de 1920, 34
  - 4.2.2 As Constituições da Índia, de 1950, e da Alemanha, de 1949, 36
- 4.3 A repartição de competências nas Constituições brasileiras, 40

### **Parte III – A repartição de competências na Constituição brasileira de 1988, 45**

#### **5 A repartição de competências e a Assembléia Nacional Constituinte. Histórico, 47**

- 5.1 Considerações de ordem geral sobre o funcionamento da Assembléia Constituinte, 47
- 5.2 A repartição de competências nas diversas fases dos trabalhos constituintes, 49
  - 5.2.1 Os anteprojetos das Subcomissões, 49
  - 5.2.2 O anteprojeto da Comissão da Organização do Estado, 52
  - 5.2.3 Os diversos anteprojetos discutidos na Comissão de Sistematização, 54
  - 5.2.4 Os projetos discutidos no plenário da Assembléia Constituinte, 56

#### **6 O sistema de repartição de competências adotado na Constituição de 1988, 58**

- 6.1 Descrição do modelo adotado, 58
- 6.2 Identificação de suas fontes mais próximas de inspiração, 60
- 6.3 Apreciação crítica do modelo em tese, 61

#### **7 Das competências privativas, 62**

- 7.1 Questões terminológicas, 62
  - 7.1.1 Competências privativas ou exclusivas, 62
  - 7.1.2 Competências remanescentes ou residuais, 64
  - 7.1.3 Competências reservadas, 65
  - 7.1.4 Competências materiais, gerais ou de execução, 67
- 7.2 Das competências privativas da União, 67
  - 7.2.1 As competências materiais da União. Considerações de ordem geral, 67
  - 7.2.2 O elenco de matérias do artigo 21 da Constituição, 68
  - 7.2.3 Outras competências materiais da União, 73
  - 7.2.4 Visão crítica das competências materiais da União, 74
  - 7.2.5 As competências legislativas privativas da União. Considerações de ordem geral, 80
  - 7.2.6 O elenco de competências legislativas do artigo 22 da Constituição, 81
  - 7.2.7 Outras competências legislativas privativas da União, 83
  - 7.2.8 Visão crítica do elenco das competências legislativas privativas da União, 84
  - 7.2.9 Inadequação técnica da inclusão de competências legislativas concorrentes entre as competências legislativas privativas da União, 87
  - 7.2.10 Delegação de competências legislativas privativas da União, 90

- 7.3 Das competências privativas dos Municípios, 95
  - 7.3.1 A posição dos Municípios na Federação brasileira, 95
  - 7.3.2 As competências municipais na Constituição de 1988. Considerações de ordem geral, 97
  - 7.3.3 Competências materiais privativas dos Municípios, 100
  - 7.3.4 Competências legislativas privativas do Município, 101
- 7.4 Das competências privativas dos Estados, 103
  - 7.4.1 Considerações de ordem geral, 103
  - 7.4.2 Vedações constitucionais à atuação das entidades federadas, 103
  - 7.4.3 Condicionamentos à autonomia estadual, 105
  - 7.4.4 Competências materiais privativas dos Estados, 108
  - 7.4.5 Competências legislativas privativas dos Estados, 110

## **8 Das competências concorrentes, 112**

- 8.1 Da competência material comum, 112
  - 8.1.1 Considerações de ordem geral, 112
  - 8.1.2 O elenco de matérias do artigo 23 da Constituição, 113
  - 8.1.3 Cooperação e coordenação no exercício das competências materiais comuns, 115
  - 8.1.4 A execução das competências materiais comuns, 117
- 8.2 Da competência legislativa concorrente, 121
  - 8.2.1 As modalidades de competência legislativa concorrente, 121
  - 8.2.2 As modalidades de competência legislativa concorrente previstas na Constituição de 1988, 123
  - 8.2.3 O elenco de competências legislativas concorrentes do artigo 24 da Constituição, 124
  - 8.2.4 Outras competências legislativas concorrentes, 125
  - 8.2.5 Apreciação crítica das competências legislativas concorrentes, 126
  - 8.2.6 A dificuldade na identificação das normas gerais, 128
  - 8.2.7 A competência suplementar dos Estados e do Distrito Federal, 133
    - 8.2.7.1 Competência “suplementar”: inovação terminológica, 134
    - 8.2.7.2 A reprodução de normas gerais na Legislação Estadual, 135
    - 8.2.7.3 A competência supletiva e a inexistência de Lei Federal, 135
    - 8.2.7.4 A superveniência de normas gerais da União, 138
  - 8.2.8 A competência suplementar do Município, 138
  - 8.2.9 Conflito entre competência legislativa privativa e competência legislativa concorrente, 141

*Conclusões*, 143

*Bibliografia*, 149